

Processo : 242747-9/19
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : MURILO SANCHES RODRIGUES
Observação : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

Senhor Coordenador-Geral,

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV**, relativa ao exercício de 2018.

1 – DA EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO SANEADOR

Com base no disposto na Deliberação TCE-RJ nº 311, de 06.05.2020 e na Portaria SGE nº 04, de 09.06.2020 foi expedido o Ofício Saneador abaixo:

PRS/SSE/CGC	DESTINATÁRIO	DATA RECEBIMENTO	RESPOSTA
2091/2020	Sr. Leandro Machado Ferreira (Ex-presidente)	04/09/2020 (fl.221)	Docs.TCE-RJ nºs 27.132-8/2020 (fls.223/334) 28.773-5/2020 (fl. 338) 28.775-3/2020 (fls.340) 27.331-6/2020 (vide Obs.)

Obs.: (RESPOSTA A OFÍCIO: 27331-6/2020) de 06/10/2020, documento composto por diversas pastas de igual teor dos documentos listados na tabela, motivo pelo qual serão analisados em conjunto.

2 – DO ATENDIMENTO

Em atendimento à expedição do Ofício Saneador supracitado, o Sr. Leandro Machado Ferreira, ex-presidente do MESQUITAPREV, enviou documentos e esclarecimentos, através dos documentos elencados na tabela acima que serão analisados adiante.

1 - Cadastros dos responsáveis, com período de gestão de cada responsável, conforme Modelo 1 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 dos responsáveis elencados abaixo, de acordo com § 4º, artigo 10 desta Deliberação TCE nº 277/17:

- a) Presidente do Órgão;**
- b) Responsável pelo Controle Interno;**
- c) Responsável pelo Setor Contábil.**

Item saneado. Foram enviados os seguintes cadastros (fls. 224/227):

RESPONSÁVEL	CARGO	PERÍODO
Sr. Murilo Sanches Rodrigues	Presidente	02/01/18 a 31/12/18
Srª Mônica F. S. Rodrigues	Responsável pelo Setor Contábil	02/01/18 a 31/07/18
Sr. Eliel Fernandes da Silva		01/08/18 s 31/12/18
Sr. Nicola Fabiano Palmieri	Controlador Geral do Município	Exercício de 2018

2 - Documentação suporte e detalhamento das aplicações financeiras que geraram as perdas registradas no Balanço Financeiro que evidencia nos dispêndios a conta “Interferências Financeiras - Perdas em Aplicações Financeiras” no valor de R\$ 7.630.084,63, a fim de comprovar se foram observadas as normas definidas pela Resolução CMN nº 3.922/10;

Item saneado parcialmente. Inicialmente cabe frisar que nesta ocasião foi enviado o balanço financeiro à fl.248, cuja conta de *Interferências Financeiras - Perdas em Aplicações Financeiras*, apresenta o saldo de R\$7.708.928,22, portanto, divergente do balanço analisado anteriormente que foi extraído das contas do Governo Municipal – processo TCE-RJ nº 210.128-7/19 (Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20 – fls. 180/94), conforme abaixo:

Balanço Financeiro (dispêndios) – fl.248:

BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Despesa Orçamentária	6.508.232,16	6.150.937,54
	6.508.232,16	6.150.937,54
Interferências Financeiras	7.708.928,22	1.870.774,53
Perdas em Aplicações Financeiras	7.708.928,22	1.870.774,53
Pagamentos Extra-Orçamentários	335.694,12	14.368.219,84
Pagamentos de Restos a Pagar	253.649,07	14.273.131,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	82.045,05	95.088,32
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	125.674.627,65	108.668.945,40
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	122.636.203,12	108.592.160,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.038.424,53	76.784,48
Total	140.227.482,15	131.058.877,31



Balanço Financeiro (dispêndios) extraído das contas do Governo Municipal – processo TCE-RJ nº 210.128-7/19:



Órgão: INST. DE PREV. DOS SERV. PUBL. DO MUN. DE MESQUITA

BALANÇO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO 2018	MÊS Dezembro	DATA 26/09/2019	PAGINA 1 de 1
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	
Despesa Orçamentária	6.508.232,16	0,00	
Vinculada - Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	6.508.232,16	0,00	
Interferências Financeiras	7.630.084,63	0,00	
Perdas em Aplicações Financeiras	7.630.084,63	0,00	
Pagamentos Extra-Orçamentários	335.694,12	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar	251.650,27	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	84.043,85	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	125.753.471,24	0,00	
Caixa e Equivalentes de Caixa	125.753.471,24	0,00	
Total	140.227.482,15	0,00	

Consta da Nota Explicativa à Fl.260:

5.1 – Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial, as aplicações financeiras do Instituto de Previdência apresentaram perdas no montante de R\$ 7.708.928,22. Este Instituto se utiliza dos serviços de consultoria da empresa Crédito & Mercado e acata as sugestões de investimento dos consultores, foram respeitados os percentuais para investimento em renda fixa e renda variável, contudo as perdas são inerentes ao processo.

Da análise do balanço financeiro à fl. 248, apura-se:

Tabela 4 - Balanço Financeiro

Descrição	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior (A)	108.668.945,40
Receita Orçamentária	28.668.168,50
Transferências Financeiras Recebidas	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	2.890.368,25
Despesa Orçamentária	6.508.232,16
Interferências Financeiras - perdas aplic. financeira	7.708.928,22
Pagamentos Extraorçamentários	335.694,12
Saldo para o Exercício Seguinte (B)	125.674.627,65
Resultado Financeiro do Exercício (B) - (A)	17.005.682,25

Fonte: Balanço Financeiro, fls. 248.

Através do balancete, constata-se que o registro das perdas em dispêndios de R\$7.708.928,22 serviu para ajustar o saldo da conta “AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES” (reduzora de investimentos) no balanço patrimonial de R\$9.579.702,75 (fl.250). Abaixo o referido lançamento contábil (fl.230):

	Saldo Anterior		Débito	Crédito	Saldo Atual
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	1.870.774,53	D	7.708.928,22	0,00	9.579.702,75
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	1.870.774,53	D	7.708.928,22	0,00	9.579.702,75

Todavia, o referido registro está em desacordo com o MCASP que prevê o registro no balanço patrimonial da conta “AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES” (reduzora de investimentos), com reflexos no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, e não no balanço financeiro. **Tal impropriedade deverá ser considerada na ocasião do julgamento das contas, haja vista que não cabe retificação de balanço já encerrado, conforme Resolução CFC nº 1.179/2009.**

Análise da conta “AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES” registrada no Balanço patrimonial de R\$9.579.702,75 (fl.250):

Quanto à apuração da referida perda em aplicação financeira não significa, necessariamente, que o resultado líquido anual do instituto tenha sido negativo, pois a carteira de investimentos reflete eventual desvalorização num período considerado, representando um prejuízo meramente contábil, cuja realização dependeria do resgate do investimento, ou seja, da venda dos títulos, hipótese na qual, por si só, ainda assim não se poderia atribuir a responsabilidade do prejuízo ao gestor, pois, a princípio, ele não teria como prever o comportamento futuro do mercado.

Desta forma, a presente análise se restringirá ao resultado que foi auferido ao final do exercício de 2018. De acordo com o Anexo 10 da Lei nº 4330/64, a carteira de investimentos do MESQUITAPREV gerou um resultado positivo, conforme demonstrado abaixo:

Remuneração de Investimentos	R\$17.814.233,38	Anexo 10*
Perda com Investimentos	R\$ 9.579.702,75	Fl.250
Resultado Positivo em 31/12/18	R\$ 8.234.530,63	

*Obs.: Anexo 10 da lei nº 4320/64 (Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018 de 16/07/20 – fls. 180/94, extraído do processo TCE nº 210.128-7/19).

3 - Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12/18, conforme item 3 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

Item saneado. O balancete analítico em 31/12/18 foi reenviado, devidamente confeccionado, às fls.228/238.

4 - Balanço Patrimonial de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros elencados abaixo, conforme item 9 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

- a) Dos ativos e passivos financeiros e permanentes;
- b) Das contas de compensação;
- c) Do superávit/déficit financeiro.

Item saneado parcialmente. O balanço patrimonial nos moldes do MCASP em 31/12/18 foi enviado às fls. 250/255, contudo, apresenta diversas inconsistências no confronto com o balanço patrimonial de 2017 (Documento Anexado: Balanço Patrimonial 2017 de 03/11/21), processo TCE-RJ nº 227.279-1/18, conforme apurado na análise das questões normativas adiante. Assim, passamos à análise:

6 - DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 5 - Balanço Patrimonial

Descrição	R\$	Descrição	R\$
Ativo Circulante	178.023.564,49	Passivo Circulante	1.703.503,48
Ativo Não Circulante	38.498.246,24	Passivo Não Circulante	114.626.410,08
		Patrimônio Líquido	100.191.897,17
Total	216.521.810,73	Total	216.521.810,73
Ativo Financeiro	135.254.330,40	Passivo Financeiro	2.837.424,03
Ativo Permanente	81.267.480,33	Passivo Permanente	114.626.410,08
Saldo Patrimonial			99.057.976,62
Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)			132.416.906,37

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.250/255.

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL

Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	24.343.692,65
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.506.280,38
Resultado Patrimonial do Período (A)	18.837.412,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	52.810.693,76
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	100.191.897,17
Diferença (F)= (D)-(E)	-28.465.636,97

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 250/255, DVP - fls.243 – TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA DO EXERC.2017.

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	100.191.897,17
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	1.337.341,62
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	98.854.555,55
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	99.057.976,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-203.421,07

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.250/255 - Anexo I do BO, fl. 246 e Anexo 13, fl. 249.

Nota: Restos a Pagar não Processados:
R\$ 5.805,88 - Anexo I, fl. 246
R\$1.331.535,74 – Anexo 13 - fl. 249
R\$1.337.341,62

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.1	O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			243 e 250/255
6.2	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?		X		243 e 251

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.3	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP?		X		Tabela 6
6.4	O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no MCASP?		X		251 e proc.TCE 227.279-1/18
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		253 e proc.TCE 227.279-1/18
6.6	O Saldo Patrimonial apurado está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP?		X		Tabela 7
6.7	Foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” e “Ajuste de Avaliação Patrimonial”?		X		251
6.8	O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro?		X		254

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
6.2	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de R\$18.837.412,27 (fl.243) não é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial de R\$72.469.791,94 (fl.251). A referida impropriedade será levada à conclusão.

6.3	O valor apurado como Patrimônio Líquido não está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 6 acima. A referida impropriedade será levada à conclusão.
6.4	O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” de R\$98.028.428,41 (fl.251) não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.810.693,76, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18. A referida impropriedade será levada à conclusão.
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” de R\$69.358.550,42 (fl.253) não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18. A referida impropriedade será levada à conclusão.
6.6	O Saldo Patrimonial apurado não está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7 , evidenciada acima. A referida impropriedade será levada à conclusão.
6.7	Não foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$78.154,17 (fl.251). A referida impropriedade será levada à conclusão.
6.8	O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) de R\$132.416.906,37 não guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro de R\$0,00 (fl.254). A referida impropriedade será levada à conclusão.

5 - Reenviar todos os Demonstrativos Contábeis assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do NBC TSP 11,c/c artigo 15 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

Item saneado. Os Demonstrativos Contábeis reenviados às fls. 228/273 foram assinados pelos responsáveis do exercício de 2020 (Presidente e Contabilista), fato que entendemos que pode ser relevado. Destaca-se a justificativa de fl.259:

3.1 – Os Demonstrativos Contábeis foram extraídos do Sistema Modernização Pública e serão assinados por mim, Renata Reis Alves, Contabilista deste Instituto e pelo atual Diretor Presidente, Sr. Leandro Machado Ferreira pois o Técnico em Contabilidade, Sr. Eliel Fernandes da Silva que esteve a frente da contabilidade deste instituto até o dia 05 de março de 2020, se recusou a prestar qualquer esclarecimento, atribuindo toda a responsabilidade dos registros contábeis a empresa de consultoria contábil que atuou neste instituto no ano de 2019.

6 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise, conforme item 11 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

Item saneado. As Notas Explicativas foram reenviadas às 258/271.

7 - Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

Item não saneado. O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras foi reenviado às fls.274/282, mas apresenta inconsistências, sendo constatada a ausência do quadro principal, em inobservância ao Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, impossibilitando às análises das questões normativas nºs 5.4 – 5.5 – 5.6 e 5.7. **A referida impropriedade será levada à conclusão.**

8 - Relatório do Responsável pelo Setor Contábil, conforme Modelo 4 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

Item saneado parcialmente. A Srª Renata Reis Alves (CRC/RJ nº 102483/O), atesta a regularidade dos itens constantes do relatório, com exceção dos seguintes (fl. 341):

Notas Explicativas (em caso da condição ser NÃO ou alguma irregularidade/impropriedade for detectada):

(F), (G) e (H) - O Instituto não possui responsável patrimonial, em 2018 foi utilizado o ativo imobilizado da Prefeitura de Mesquita e não havia estoque de material em almoxarifado.

(I) A divergência neste item refere-se a erros na contabilização das receitas e perdas de investimento e em uma situação foi observado falta do registro de resgate de investimento, que foi corrigido em janeiro de 2019.

(M) Em 05 de dezembro de 2018 foi observada transferência de valor para a conta da Prefeitura, achei o processo que deu origem a despesa, mas não havia empenho nem liquidação, estamos verificando uma maneira de contabilizar esta despesa no exercício de 2020.

As impropriedades acima serão levadas à conclusão.

9 - Relatório elaborado pelo Controle Interno da unidade jurisdicionada, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;

Item saneado parcialmente. O Relatório elaborado pelo Controle Interno foi enviado às fls. 283/291. Adiante serão realizadas as análises das **questões normativas nº 9.1 a 9.7.**

10- Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

Item não saneado. Consta a declaração do gestor do exercício de 2020, quando deveria constar do exercício de 2018 (fl.340), a saber:

Ocorre que informamos que por estarmos passando por um momento de pandemia do Corona Virus, estando com o atendimento reduzido, e por esta Autarquia realizar suas atividades no Fórum desta comarca, no qual se encontrava com as atividades paralisadas por ordem do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro até mês passado, bem como este presidente que subscreve, ter tomado posse no dia 17 de Março de 2020, conforme portaria 197/2020 publicada no diário oficial, e sua diretora previdenciária, Renata Reis Alves, ter tomado posse no dia 06 de abril conforme portaria 242/2020 publicada no diário oficial, em meio a pandemia, está verificando as medidas a serem tomadas para saneamento das irregularidades.

A impropriedade acima será tratada na questão normativa nº 9.6.

9- DO PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
9.1	No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas?		X		290
9.2	O contabilista responsável pela emissão do Certificado apresentou a identificação da sua inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade?		X		290
9.3	O Relatório do Controle Interno indica que a documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, referente aos bens patrimoniais, aos bens em almoxarifado e ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?	X			285/286
9.4	O Relatório do Controle Interno indica o encaminhamento das Tomadas de Contas de remessa obrigatória de acordo com a Deliberação TCE 279/17?			X	287

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
9.5	O Relatório de Controle Interno aponta impropriedades/irregularidades coerentes com o detectado em nosso exame processual?	X			283/291
9.6	No caso de terem sido encontradas impropriedades/irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para saneamento das mesmas.		X		340
9.7	O Relatório do Controle Interno foi elaborado com o conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B da Deliberação TCE/RJ nº 277/17?	X			283/291

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
9.1 e 9.2	<p>o Sr. Nicola Fabiano Palmieri, Controlador Geral do Município, indicou a conformidade das contas nos seguintes termos (fl.290):</p> <p>Considerando a emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação das contas de governo do Município de Mesquita ressaltando, em relação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita, o encaminhamento tempestivo das informações solicitadas pela Egrégia Corte de Contas referente ao acompanhamento do RPPS e ausência do Certificado de Regularidade Previdenciária válido para o exercício, esta controladoria determinará a regularização das pendências apresentadas.</p> <p>Observando as informações emitidas através da Nota Explicativa da Contabilidade do Instituto, solicitaremos que sejam sanadas as pendências apontadas, e será acompanhada por este órgão para que sejam adequados.</p> <p>Desta forma, não vislumbramos quaisquer atos que ensejem irregularidades por parte da Administração Financeira do Instituto de Previdência de Mesquita, no exercício de 2018, vez que se pode vislumbrar o cumprimento de todos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis a gestão em sua integralidade, isto posto, s.m.j., concluímos pela REGULARIDADE com RESSALVA das Contas em análise.</p> <p>Ocorre, no entanto, que não consta o Certificado de Auditoria assinado por contabilista responsável registrado no CRC, cuja impropriedade será levada à conclusão.</p> <p>Quanto aos fatos apontados acima foram tratados ao longo da presente instrução, em conjunto com as Notas Explicativas às fls.258/271.</p>
9.6	Foi enviada a declaração do gestor do exercício de 2020, quando deveria constar do exercício de 2018 (fl.340). A referida impropriedade será levada à conclusão.

11 - Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de 31/12/18, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios, em atendimento ao item 24 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

Item saneado parcialmente. Consta da Nota Explicativa à fl. 270, que o MESQUITAPREV, através do processo nº 07/10923/19, está tomando as providências para contratação de Empresa que elabore o referido relatório, a saber:

13.1, 13.2 e 13.3 – A avaliação atuarial está em processo de contratação conforme processo 07/10923/19, cabendo destacar que o conforme portaria da Secretaria de Previdência nº 18.465/2020 de 04 de agosto de 2020, dispensou o envio de demonstrativo do resultado da avaliação atuarial (DRAA) anteriores a 2020.

De acordo com as justificativas enviadas não foi possível confeccionar o referido relatório. Consta às fls. 89/137, o Relatório Avaliação Atuarial de data-base de 31/12/17 (fls. 89/137), quando deveria constar de data-base de 31/12/18. Assim, não foi possível validar o passivo atuarial registrado no balanço patrimonial de R\$114.626.410,08 (fl.251).

Tal impropriedade deverá ser considerada na ocasião do julgamento das contas, haja vista que não cabe retificação de balanço já encerrado, conforme Resolução CFC nº 1.179/2009.

12 - Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme Modelo 12 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

13 - Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme Modelo 13 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

Itens 12 e 13 foram saneados às fls. 329/330, sendo apurado:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SUBSECRETARIA CONT CONTAS GESTÃO FISCAL
1ª COORD DE AUDITORIA DE CONTAS

TCE-RJ
Processo nº 242747-9/19
Rubrica Fls. 13

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mesquita	Município: Mesquita	Ex
---	---------------------	----

Descrição	Valor (R\$)
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (A) (Extraída do Modelo 12)	80.097.681,46
Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (B) %	2%
Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A * B)	1.601.953,63
Despesas Administrativas Empenhadas (D)	878.216,19
Sobra de gastos no Exercício (E = C - D)	723.737,44

A alíquota da taxa de administração está expressa em Lei?	(X) SIM Lei nº 903/2015 - Art. 92
---	-------------------------------------

14 - Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999, ou alterações posteriores, conforme Modelo 14 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

Item saneado parcialmente. Consta da declaração à fl.331, o seguinte:

Informamos que não há ocorrência de montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme Modelo 14 da Deliberação 277/17.

Cabe destacar que o município se encontrava em situação irregular quanto aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, conforme apontado nas questões normativas nºs 15.1 e 15.2 (fl.214) não sendo emitido o CRP, o que impossibilitou o ingresso da receita de compensação financeira, **motivo pelo qual tal fato não será objeto de questionamento.**

A impropriedade quanto a não emissão do CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária pelo Ministério da Previdência Social será tratada adiante (item 4 - Esclarecimentos).

15 - Cópias dos relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros), conforme item 32 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

Item saneado. O jurisdicionado enviou a cópia do Parecer nº 001/2020 do Conselho Fiscal às fls.332/334, aprovando as contas do exercício de 2018, com as seguintes ressalvas:

Ressalva Nº 01-

Visto que, o processo acima referido fora aprovado pela controladoria geral do município, ainda que com ressalva o mesmo, não foi analisado neste setor por um servidor de carreira desta municipalidade, corroborando para que este conselho tenha cautela ao executar a tarefa da aprovação da prestação de contas deste Instituto;

Ressalva Nº 02-

SUSPEIÇÃO da Controladoria Geral do Município de Mesquita ao emitir qualquer parecer, tendo em vista burla aos princípios do Art. 37 da Constituição Federal e ao Concurso Público. Onde a AUDITORA concursada/efetiva foi afastada de suas funções para ser substituída por um funcionário contratado sem concurso público,

para exercer a função de AUDITORIA, sem legitimidade, ou conhecimento e transparência por parte da Administração Pública, tal qual o certificado de auditoria encaminhado o TCE/RJ, em sua análise em 11/12/2019, nas contas do município de Mesquita, processo TCE n 210.128-7/2019, assim dispõe o parecer do Egrécia corte:

"2.10.2 Certificado de Auditoria

Em conclusão, O Corpo Instrutivo destaca que o Certificado de Auditoria, acostado às fls 3267/3268, emitido pelo Órgão Central de Controle Interno, opina expressamente pela Regularidade das contas do Chefe de Governo do Município de Mesquita, não sendo especificadas, no entanto, as medidas adotada, no âmbito do controle interno, no sentido de alerta a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental.

Ressalva Nº 03-

A ausência da compensação financeira dos Órgãos de Previdência de origem dos atualmente aposentados / pensionistas do Mesquitaprev, conforme determina a Constituição Federal, art. 201, § 9º, regulamentada pela Lei 9.796/1999. Não há regulamentação para essa compensação, principalmente dos atuais aposentados do Mesquitaprev oriundos do município de Nova Iguaçu e constatação da INÉRCIA da Procuradoria Geral Municipal para obter essa compensação judicialmente.

Cabe destacar que as ressalvas nºs 1 e 3 foram tratadas ao longo da presente instrução. Quanto à ressalva nº 2 trata de assunto de competência do Executivo Municipal, motivo pelo qual não cabe questionamentos ao gestor do MESQUITAPREV, nestes autos.

ESCLARECIMENTOS

1 – O motivo pelo qual consta registrado no Balanço Financeiro em dispêndios a conta “*Interferências Financeiras - Perdas em Aplicações Financeiras*” no valor de R\$ 7.630.084,63, haja vista que o registro está em desacordo com a nova estrutura do MCASP que prevê a conta “*AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES*” no balanço patrimonial;

Item saneado parcialmente, conforme análise do Item 2 – Documentos.

2 – Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18;

Item não saneado.

3 – Quanto ao total dos investimentos evidenciados no quadro - Modelo 11 de R\$ 120.137.311,21 (fls. 87/88) apresentar divergência no confronto com o saldo do balanço financeiro em 31/12/18 de R\$ 125.753.471,24, resultando na divergência de R\$ 5.616.160,03;

Item não saneado. O Balanço Financeiro às fls. 248/249, evidencia que o saldo da conta Investimentos equivale a R\$122.636.203,12, os demais valores pertencem à conta movimento. No que tange ao Demonstrativo reenviado às fls. 327/328, possui igual teor do analisado anteriormente com saldo de R\$120.137.311,21. Consta da Nota Explicativa à fl. 269, o seguinte:

Infelizmente o Técnico em Contabilidade, Sr. Eliel Fernandes da Silva fez uns lançamentos errados, deixou de fazer outros, que no final do exercício apresentou divergência de R\$ 2.498.891,91, quando confrontado balanço financeiro com o total dos investimentos extraídos do quadro – Modelo 11.

No mês de janeiro de 2019 foram feitos ajustes contábeis a fim de corrigir tais erros.

Além das justificativa acima foi demonstrado o equívoco ao confeccionar o demonstrativo (Modelo 11) às fls. 268/269. Contudo, não atende ao solicitado.

Ressalte-se que de acordo com o Extrato Previdenciário às fls.166/167, os critérios relativos aos investimentos estão irregulares, junto ao Ministério da Previdência, fato que contribuiu para não emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, perdurando até a presente data, conforme consulta ao CADPREV.

Assim, ao final serão solicitados os seguintes documentos:

1- Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11, evidenciando se os investimentos estão enquadrados na citada resolução;

2 – Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.

4 – Quanto às medidas adotadas pelo Instituto com vistas à sua regularização de emissão periódica do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, perante o Ministério da Previdência Social, tendo em vista que a validade do último CRP do Município de Mesquita expirou em 24/01/2016, bem como justificar os critérios que se encontram em situação irregular, acarretando o impedimento do ingresso da receita de compensação previdenciária a que o RPPS tem direito, além de outras receitas/transferências:

Último CRP: Nº 981116-133965, emitido em 28/07/2015, esteve vigente até 24/01/2016
Regime Vigente : Próprio

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses -	

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
DIPR - Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR-Consistência	IRREGULAR
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	IRREGULAR

Item saneado parcialmente. O Responsável pelo Controle Interno apontou que o estado de calamidade financeira decretada pelo município, durante o exercício de 2017 prejudicou o MESQUITAPREV, fato que acarretou o Termo de Ajuste de Conduta, junto ao Ministério Público, para quitação do débito previdenciário do município, nos seguintes termos (fl.288):

Acerca da ausência do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Município de Mesquita, conforme Nota Explicativa supra, em 2017 decretou estado de calamidade financeira, devido as dificuldades encontradas, como por exemplo, a degradação de equipamentos e componentes da administração pública, unidades escolares e de saúde em situações precárias, além de atraso de pagamentos e 13º salário ao quadro funcional, fato que levou a atual gestão em busca de alternativas de quitação, a pactuar um Termo de Ajuste de Conduta, junto ao Ministério Público, onde o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos repassa o valor ao Executivo para quitação deste débito, aportando a devolução do valor mensalmente, com correção de juros e multa, em 36 meses a contar do exercício de 2018, em um valor médio mensal de R\$430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).

Consta da Nota Explicativa à fl. 270 que para sanear a questão, o município parcelou os débitos previdenciários, através do processo 077043/20. Contudo, além do critério repasse previdenciário irregular, constata-se a existência de outros critérios irregulares, conforme tabela acima.

12.1 e 12.2 – No tocante ao extrato previdenciário e o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, estamos regularizando o pagamento dos repasses patronal, através de parcelamento com a Municipalidade, conforme processo 07/7043/20, que deverá ser celebrado até o final do ano.

Destaca-se, ainda, que em consulta ao site do CADPREV, na presente data, verifica-se que os Termos de Acordos de Parcelamentos de débitos previdenciários do município que foram celebrados no exercício de 2018 possuem status de “Não Aceito”, indicando que foram reparcelados no exercício de 2020, cuja análise deverá ser feita na prestação de contas do referido exercício, a saber:

Número do Acordo	Rubrica	Acordos de Parcelamento	
		Situação do Acordo	Natureza do Acordo
00215/2011	Outros Critérios	Aceito	Antigo
00453/2015	Contribuição Patronal	Cancelado	Novo
00468/2015	Contribuição Patronal	Aceito	Novo
00959/2018	Contribuição Patronal (200 meses)	Cancelado	Novo
00983/2018	Outros Critérios	Não aceito	Novo
00984/2018	Contribuição Patronal (200 meses)	Não aceito	Novo
01075/2018	Contribuição Patronal (200 meses)	Não aceito	Novo
01080/2018	Contribuição dos Segurados (200 meses)	Não aceito	Novo
00001/2020	Outros Critérios	Aguardando doc. assinado	Novo
00002/2020	Contribuição Patronal (200 meses)	Aguardando doc. assinado	Novo
00361/2021	Outros Critérios	Não aceito	Novo

Adicionalmente, cabe destacar que o modelo solicitado pelo Anexo II da Deliberação TCE nº 277/17, para o exercício de 2018, conforme a Portaria SGE nº 05/18 não contemplou o envio do Demonstrativo das Contribuições Regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS.

Por fim, verifica-se que perdura a situação irregular do município conforme consulta ao CADPREV. Assim, a impropriedade quanto ao CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária expirado desde 24/01/2016, junto ao Ministério da Previdência Social será **objeto de RESSALVA na ocasião do julgamento das contas.**

3 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando o atendimento parcial do OFÍCIO/PRS/SSE/CGC nº 2091/2020 pelo ex-gestor;

Considerando que o atual gestor possui a guarda dos documentos;

Considerando que o responsável pelas contas, Sr. Murilo Sanches Rodrigues não tomou conhecimento da situação do presente processo.

Diante do exposto, **SUGERE-SE:**

I – COMUNICAÇÃO ao atual Gestor do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV**, com base no §1º, do artigo 26, do Regimento Interno do Tribunal aprovado pela Del. 167/92, para que envie os documentos e esclarecimentos abaixo:

DOCUMENTOS

1 - Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contendo o Quadro principal e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

2 – Composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$78.154,17, no balanço patrimonial;

3- Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11, evidenciando se os investimentos estão enquadrados na citada resolução;

4 – Cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011;

5 - Declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

6 - Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

ESCLARECIMENTOS

1 – Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18;

2 – Quanto às inconsistências apuradas na análise do Balanço Patrimonial:

2.1 - O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de R\$18.837.412,27 não é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial de R\$72.469.791,94;

2.2 - O valor apurado como Patrimônio Líquido não está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 6, abaixo:

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	24.343.692,65
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.506.280,38
Resultado Patrimonial do Período (A)	18.837.412,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	52.810.693,76
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	71.726.260,20
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	100.191.897,17
Diferença (F)= (D)-(E)	-28.465.636,97

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 250/255, DVP - fls.243 – TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA DO EXERC.2017.

2.3 - O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” de R\$98.028.428,41 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.810.693,76, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.4 - O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” de R\$69.358.550,42 não é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18;

2.5 - O Saldo Patrimonial apurado não está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, conforme Tabela 7, abaixo:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	100.191.897,17
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	1.337.341,62
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	98.854.555,55
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	99.057.976,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-203.421,07

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.250/255 - Anexo I do BO, fl. 246 e Anexo 13, fl. 249.

2.6 - O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) de R\$132.416.906,37 não guarda paridade com o total das Fontes de Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro de R\$0,00;

3 - Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS NA DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL:

Notas Explicativas (em caso da condição ser NÃO ou alguma irregularidade/impropriedade for detectada):

(F), (G) e (H) - O Instituto não possui responsável patrimonial, em 2018 foi utilizado o ativo imobilizado da Prefeitura de Mesquita e não havia estoque de material em almoxarifado.

(I) A divergência neste item refere-se a erros na contabilização das receitas e perdas de investimento e em uma situação foi observado falta do registro de resgate de investimento, que foi corrigido em janeiro de 2019.

(M) Em 05 de dezembro de 2018 foi observada transferência de valor para a conta da Prefeitura, achei o processo que deu origem a despesa, mas não havia empenho nem liquidação, estamos verificando uma maneira de contabilizar esta despesa no exercício de 2020.

II - COMUNICAÇÃO ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV, referente ao exercício de 2018, com base no §1º, do artigo 26, do Regimento Interno do Tribunal aprovado pela Del. 167/92, cientificando-o da decisão a ser prolatada pelo Egrégio Plenário neste processo, bem como que concorra para o saneamento do presente processo, alertando-o que a ausência de documentos e esclarecimentos imprescindíveis à análise do processo poderá comprometer o julgamento das presentes contas.

1ªCAC, 04/11/2021

ELISANE VIEIRA DE LIMA
Técnica
Matrícula 02/002995

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

1ªCAC, 04/11/2021

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Coordenador-Geral
Matrícula 02/004310

DE ACORDO.

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE-RJ.**

SUB-CONTAS, 04/11/2021

JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/003536